

Congresso começa CPMI do INSS nesta quarta-feira

STF aguarda manifestação da PGR sobre continuidade do caso

Por Gabriela Gallo

Nesta quarta-feira (20), senadores e deputados federais começarão oficialmente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará as fraudes nos desvios de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A instalação da comissão está prevista para as 11h, quando os congressistas votarão quem será o presidente e o vice-presidente do colegiado para, em seguida, ser indicado o relator dos trabalhos. Todo esse ritual, no entanto, em tese será mera formalização. Os nomes já foram definidos e anunciados pelos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A CPMI será presidida pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) e o relator da comissão será o deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos-TO).

Os nomes, contudo, não foram bem avaliados por membros da oposição no Congresso. Por meio de suas redes sociais, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) disse que o colegiado “já nasce com uma contradição”.

“O presidente (Omar Aziz) e relator (Ricardo Ayres) não assinaram o requerimento de sua criação, ou seja, se dependesse deles, esta investigação sequer existiria. Ambos são alinhados com o governo: Aziz vota 85% com Lula e Ayres 77,8%. Com essa composição a dúvida é inevitável: será uma apuração séria ou mais um teatro para blindar Lula e sua base?”, questionou o parlamentar.

Ele baseou seus dados na ferramenta de monitoramento



Lula Marques/Agência Brasil

Depois da CPI da Covid, Aziz novamente presidirá comissão de inquérito

“Radar do Congresso”, elaborada pelo Congresso em Foco. Agora, resta aguardar se os membros da comissão confirmarão os nomes dos parlamentares na Mesa Diretora da CPMI.

STF

Nesta segunda-feira (18), o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República no Distrito Federal, encaminhou uma manifestação solicitando que o Supremo Tribunal Federal (STF) assuma o julgamento da operação da Polícia Federal (PF) que descobriu o esquema de desvio de recursos de beneficiários do INSS.

“Considerando a decisão proferida pelo Ministro Dias Toffoli, no âmbito da PET 13.8611, por meio da qual se reconheceu a competência do Supremo Tribunal Federal para a condução dos inquéritos relacionados à Operação ‘Sem Desconto’, o Ministério Público

Federal manifesta-se pela remessa dos autos [ou seja, enviar um processo judicial para outro lugar] ao Supremo Tribunal Federal”, manifestou o documento. O Supremo aguarda manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) para dar continuidade ao caso.

Em junho, Toffoli determinou que a PF encaminhasse ao seu gabinete todos os inquéritos e procedimentos ligados ao caso dos desvios de recursos do INSS, após serem mencionados os nomes do ex-ministro da Cidadania durante a gestão de Jair Bolsonaro Onyx Lorenzoni e o deputado federal Fausto Pinato (PP-SP) – o que enquadraria o caso como foro por prerrogativa de função e, portanto, deveria ser julgado em um tribunal de instância superior.

Prevenção

Apesar de o caso do INSS se referir a um esquema de fraude dentro da própria instituição,

uma decisão do Banco Central (BC) sobre regras do débito automático acende mais um alerta para evitar possíveis descontos indevidos. Em 2021, o BC determinou que os bancos não eram mais obrigados a terem autorizações de seus clientes para débitos automáticos, desde que a cobrança venha de outra empresa financeira autorizada a funcionar pelo BC. A medida abriu uma brecha para que clubes de benefício e seguradoras utilizassem empresas financeiras para fazerem cobranças indevidas nas contas a aposentados.

Ao Correio da Manhã, o presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Cliente de Operações Financeiras e Bancárias (Abradeb), Raimundo Nonato, destacou que o caso pode abrir brechas para um novo esquema de fraudes contra aposentados e pensionistas “ainda que em proporções distintas daquelas verificadas no INSS”.

Após conversa com Trump, Putin telefona para Lula

Por Gabriela Gallo

Dias após se reunir com o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano), o presidente da Rússia, Vladimir Putin, telefonou para o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nesta segunda-feira (18), para contar sobre o que foi tratado com o norte-americano. Segundo nota oficial do Palácio do Planalto, na ligação, que durou 30 minutos, os dois chefes de Estados discutiram sobre caminhos para chegar ao fim da guerra entre Rússia e Ucrânia, que já dura mais de três anos.

“Após abordar os diversos temas discutidos com o presidente Trump, Putin reconheceu o envolvimento do Brasil com o Grupo de Amigos da Paz, iniciativa conjunta com a China. O presidente Lula agradeceu o telefonema e reafirmou o apoio do Brasil a todos os esforços que conduzam a uma solução pacífica para o conflito entre Rússia e Ucrânia. Desejou também sucesso às continuadas negociações”, afirmou o Planalto, por meio de nota.

Tarifaço

Apesar dos chefes de Estado não terem citado diretamente as tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros, o tarifaço é indiretamente um assunto de fundo. Ao Correio da Manhã, a advogada especialista em direito



Ricardo Stuckert / PR

Putin pode ajudar na intermediação entre Lula e Trump

internacional Hanna Gomes alertou que a ligação de Putin para Lula vai além das questões envolvendo a guerra com a Ucrânia.

“A ligação, de iniciativa de Putin, logo após a reunião com Trump, pode indicar um assunto além do conflito no leste europeu. A ligação pode ter sido instrumento de recado do próprio Trump para Lula, sendo Putin um intermediário da relação entre Brasil e EUA, considerando que ainda não houve contato entre Lula e Trump, após a crise do tarifaço”, destacou Hanna.

Ao longo desta semana, o

presidente brasileiro planeja ligar para outros presidentes de países aliados para discutir sobre o tarifaço dos EUA a produtos brasileiros. A previsão é que ele telefone para os presidentes da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen; da África do Sul, Cyril Ramaphosa, e o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer.

Ainda nesta segunda-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou que a diplomacia brasileira segue aberta para negociações e contato com os Estados Unidos. “O Brasil não está fechado, estamos procurando parcerias

a todo instante com o mundo inteiro”, declarou o ministro durante participação no seminário “Brazil 2030: Fostering Growth, resilience and productivity”, organizado pelo Financial Times e o site de notícias financeiras CNBC, em São Paulo. Contudo, Haddad comentou que há “má vontade” dos EUA para avançar com as negociações.

Comércio

Para a reportagem, Hanna Gomes destacou que, mesmo com a guerra, “a relação econômica entre Brasil e Rússia também é um fator crucial para os países”. “O comércio bilateral se intensificou, o que torna a parceria ainda mais relevante para ambos os países, além de reforçar a alternativa geopolítica e econômica do BRICS, que conta com Brasil e Rússia”, reiterou a advogada.

A reportagem ainda conversou com o professor de Relações Internacionais do Ibmec Brasília Frederico Dias, o qual destacou que o Brasil não deixou de fazer negociações e investimentos comerciais com a Rússia, especialmente petróleo e fertilizantes. “Tudo isso interessa para o Brasil e [para o] Putin”, disse o professor. Ele reiterou que essa aproximação gera um custo para o Brasil.

“Cada vez mais países ocidentais percebem que o Brasil tem se aproximado por demais desse mundo não ocidental”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Jefferson Rudy/Agência Senado



Então senadora, Gleisi foi a favor da alteração

Processos de golpe fizeram esquerda mudar sobre foro

O risco de beneficiar acusados de tentativa de golpe de Estado fez a maior parte da esquerda ficar contra o fim do foro privilegiado.

Em 2017, a proposta de emenda constitucional que prevê a medida foi aprovada sem qualquer voto contrário no Senado.

Entre os que defenderam o fim da prerrogativa de foro estavam o hoje líder do PT na Câmara dos

Deputados, Lindbergh Farias (RJ), e a atual ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

A PEC 333 tramita na Câmara desde então. Nos últimos meses, passou a ser incentivada por bolsoneiros.

Caso seja aprovada, anularia muitos processos que estão no Supremo Tribunal Federal, que seriam reiniciados em instâncias inferiores.

Impunidade

A tentativa da oposição de acabar com o foro e a luta da esquerda para mantê-lo estão relacionadas com o aumento de condenações de autoridades em instâncias superiores, em particular, no Supremo Tribunal Federal. Antes, a medida era quase sinônimo de impunidade.

‘Famigerado’

Em 2017, relator da PEC na Comissão de Constituição e Justiça, o senador Randolfe Rodrigues (AP), na época da Rede, frisou que, de 1988, a maio de 2006, nenhuma autoridade havia sido condenada pelo STF nos 130 processos até então ajuizados. Chamou o foro de “famigerado”.



Moreira Mariz/Agência Senado

Randolfe citou falta de condenações

Com Mensalão, STF começou a condenar políticos

Segundo Randolfe, a primeira condenação de parlamentar em 124 anos de STF só ocorreu em 2010. Só três anos depois é que haveria a prisão de um congressista em exercício de mandato.

No Superior Tribunal de Justiça, que julga autoridades como governadores de estados, o índice de condenação de auto-

ridades era de 1,5% — um total de cinco réus em 333 processos.

A partir de 2007, porém, o STF começou a condenar políticos no caso do Mensalão.

Os casos geraram mudança de avaliação de parlamentares, até porque decisões da suprema corte só podem ser reformadas pelo próprio tribunal.

Prioridade

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) diz que seu partido prioriza o fim do foro privilegiado à possibilidade de a Constituição voltar a exigir licença da Câmara ou do Senado para quem um de seus membros seja processado. Esta medida caiu em 2001.

Dificuldade

Alguns parlamentares defendem a inclusão da licença na PEC 333, mas isso dificultaria o fim do foro. Caso seja modificada pela Câmara, a proposta terá que voltar a ser analisada pelo Senado, e há os que temem uma rejeição: a conjuntura é diferente da de 2017.

Voto exclusivo

Bolsoneiros pegaram carona nas ofensas de Carlos e Eduardo Bolsonaro a governadores de direita, pré-candidatos a presidente, e lançaram ontem, em redes sociais, uma campanha para reforçar a defesa do ex-presidente. O mote é “Eu só voto no Bolsonaro”

‘Apio’

A frase pró-Jair deflagrou uma provocação de simpatizantes da esquerda nas redes: eles disseram que era importante apoiar a campanha; assim, a extrema direita não teria candidato em 2026, já que Bolsonaro, inelegível, ainda deverá ser condenado e preso.